

Para garantir a eleição

Ricardo Noblat

Na última quarta-feira, durante reunião do Conselho Monetário Nacional, em Brasília, o ex-ministro Octávio Gouveia de Bulhões abandonou, por alguns instantes, seu comportamento, marcadamente, calmo e contido. O ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, acabou de apresentar o orçamento do governo para o próximo trimestre. Traçara, um pouco antes, o quadro de dificuldades financeiras que engolfa a administração pública.



Gouveia de Bulhões elevou o tom da voz. "Devemos pregar um movimento de obediência civil", sugeriu. "O orçamento deve ser cumprido ao pé-da-letra. Não se pode gastar nem um centavo a mais." O ministro da Fazenda concordou. Os demais participantes da reunião concordaram. Mas entre eles não havia um só que acreditasse, sinceramente, que o rigor orçamentário pudesse vir a se tornar uma coisa plausível.

O risco da hiperinflação obrigará o governo a aplicar um novo choque na economia que, por enquanto, ele nega que fará e prefere continuar negando. Nos gabinetes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, há quem trabalhe com uma previsão de inflação de 35% a 40% para o mês de julho. Por razões compreensíveis, os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu insistem em que a inflação se estabilizará na faixa de 25%.

Insistem, também, em que o governo nada mais poderá fazer para jogar a inflação para baixo. A tarefa de manietá-la deveria ser transferida ao próximo governo. Mailson e João Batista sabem que o atual governo não conseguirá conviver com uma inflação de mais de 30% em julho sem fazer coisa alguma. Sabem, da mesma forma, que a aplicação de um novo choque na economia poderá exigir a substituição deles.

Áreas técnicas próximas dos dois ministros, e algumas de fora do governo, dedicam-se a estudar um elenco de medidas possíveis de virem a ser adotadas para exorcizar o fantasma da hiperinflação. O presidente José Sarney está cauteloso quanto à possibilidade de patrocinar um novo choque. Cauteloso ou hesi-

tante. As medidas do choque começam, aos poucos, a ganhar forma, sujeitas a mudanças futuras.

Elas se caracterizam pela mais pura ortodoxia em matéria de economia e finanças. Uma delas implicaria a extinção da Comissão Interministerial de Preços (CIP) e da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). Todos os preços seriam liberados. A lei da oferta e da procura que se encarregasse de regular o que o governo não conseguiu. Nem conseguiria nunca, inteiramente. Ao mercado, o que é próprio dele no capitalismo.

As tarifas públicas sofreriam um aumento brutal. Haveria uma redução nas tarifas de importação, bem como uma desvalorização maior do cruzado novo. Acautelem-se os que usufruem de incentivos fiscais e de subsídios — um corte abrupto e fundo seria promovido nessa forma de favorecimento. O governo se disporia a conter o ritmo de expansão da base monetária. Para acentuar seu empenho, daria férias aos empregados da Casa da Moeda.

Entre as medidas que estão sendo examinadas pelos técnicos, uma delas aconselha a promoção de uma inflação corretiva, ali por agosto ou setembro, para que a inflação do mês seguinte possa vir a despenhar. O discurso do senador Mário Covas, na quarta-feira passada, forneceu alento aos que se ocupam em elaborar o choque que Sarney avalizará ou não. Covas recebeu coisas bastante parecidas com as que estão sendo pensadas.

Se vier a ser obrigado a intervir, mais uma vez, na economia, o governo precisará pouco da ajuda do Congresso para fazê-lo. Alguns subsídios foram criados por lei e só por lei poderão ser eliminados. Se o governo se decidir a realizar, de fato, a fusão de ministérios e a extinção de outros, o Congresso será convocado a apreciar o que se propõe. O deputado César Maia (PDT-RJ) está convencido de que o Congresso não terá meios de desautorizar um novo choque econômico.

O governo detém a maioria dos instrumentos para impor o choque. O Congresso irá reclamar de algumas medidas, fazer cara feia para o conjunto delas — e será só. A partir de setembro, será muito difícil encontrar senadores e deputados em Brasília. Estarão ocupados com a eleição presidencial nos seus estados. De resto, eles têm interesse em ver a eleição se realizar com tranquilidade e, para isso, o choque poderá servir.